

Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)

Cláudia Tomaszewski

ctomaszewski@yahoo.com.br

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-graduação em História / Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre (RS), 2007

Trata da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (Rio Grande do Sul, Brasil), instituição que foi a principal responsável pelo auxílio aos pobres por meio da caridade e da filantropia pública e privada na cidade. O objetivo principal é compreender a relação entre a Irmandade, seus associados e o Estado, na distribuição da assistência hospitalar, médica, funerária e asilar. Busca também perceber quais as concepções de assistência vigentes na elite provincial e como os ricos locais buscavam ordenar a sociedade em que viviam. Associações típicas do mundo lusófono, as Misericórdias foram organizadas em diversos lugares de colonização portuguesa, tendo como modelo a irmandade organizada em Lisboa, em 1498. A Santa Casa de Misericórdia foi fundada durante o Segundo Império, em 1847, quando Pelotas abrigava grande parte dos estabelecimentos de produção de charque (carne salgada) e era uma das principais cidades organizadas pelos portugueses na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para realizar atividades assistenciais, a Misericórdia de Pelotas mantinha um hospital desde 1848, onde eram recebidos os expostos (crianças abandonadas) e enfermos. A Santa Casa também monopolizava enterros e transporte para o cemitério (fundado em 1855). Mantinha ainda duas capelas para rezar missas pelas almas dos irmãos e benfeitores. Os irmãos, e principalmente os dirigentes, pertenciam às elites políticas, econômicas e sociais locais. Conseqüentemente os mais ricos podiam controlar de perto o cuidado aos mais pobres. A receita da Irmandade provinha principalmente dos doadores, dos rendimentos do cemitério e de subvenções e privilégios concedidos pelo Estado. A maior parte das fontes utilizadas para a pesquisa empírica é oriunda do acervo da Misericórdia local. Juntamente com a documentação primária, a bibliografia regional de história social foi primordial para compreender o contexto de organização da sociedade rio-grandense da época, e nessa literatura destacam-se os trabalhos de Beatriz Teixeira Weber sobre a medicina, Adhemar Lourenço da Silva Jr. sobre as sociedades de socorros mútuos e Yonissa Marmitt Wadi sobre a assistência asilar/psiquiátrica aos loucos. O estudo revela que a mudança principal no modo como o auxílio foi pensado é contemporânea ao fim da escravidão e à queda da Monarquia, no final da década de 1880, quando também os dirigentes da Misericórdia tenderam a perder o poder político regional. A partir desse momento, houve mudanças na composição da Irmandade (maior abertura ao ingresso) e na distribuição da assistência, que passou a ser organizada de acordo com a nova configuração política e social. As novas administrações concentraram esforços na redefinição das atividades do hospital, que deveria receber não apenas os pobres, mas também aqueles que podiam pagar. No entanto as relações entre Misericórdia e Estado não mudaram significativamente, tampouco se alteraram as relações entre a instituição e os sujeitos recebedores da assistência, que continuou sendo concedida como uma dádiva.

Dissertação disponível em: http://www.tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=613.